

Primazia do econômico, o erro

Talvez um dos mais sérios erros do governo seja o de desconsiderar hoje a realidade social, em favor da análise econômica e da utilização pura e simples dos seus instrumentos de ação. O professor Celso Furtado, da Universidade de Paris, deixou isso bem claro ontem no seu pronunciamento, pela manhã.

Na verdade, foram necessários alguns dados citados pelo professor para sustentar essa sua afirmação: disse, por exemplo, que "para eliminar a miséria no Brasil, bastaria reduzir a participação na renda nacional dos 10% mais ricos da população a um nível similar ao que se observa em certos países que têm uma renda per capita comparável à nossa, tais como a Coreia do Sul e Formosa".

O objetivo a alcançar, segundo Celso Furtado, seria o de elevar a renda total dos 40% mais pobres de 8 para 17% e reduzir a participação dos 10% mais ricos de 49 para 40%. A ninguém escapa — afirmou Celso Furtado — que não é o superfluo dos ricos o de que estão carecendo os pobres. O professor assinala "que os recursos existem" e que tem fundamento, portanto, perguntar: "por que tal problema não merece prioridade no debate de política econômica? Ou será que a doutrina economicista que prevalece entre nós dificulta a apreensão da realidade social em toda a sua complexidade?"

Para ele, o dinamismo da economia brasileira não se explica sem uma referência ao sacrifício imposto a grande parte da população do País e nem os instrumentos de análise econômica são adequados para explicar estes custos sociais. Existem, para Celso Furtado, formas menos abstratas

de descrever a realidade social, embora reconheça a dificuldade que a maioria das pessoas desabitadas à realidade social encontra ao avaliar as curvas de distribuição de renda social, que "têm sabor de irrealismo".

"PENÚRIA E DESPERDÍCIO"

"Tão grave é entre nós o contraste entre a penúria e o desperdício que temos o dever de questionarmos como foi possível que chegássemos a isso. E como é possível que tais questões não estejam no centro do debate político, não ocupem a mente de todas as pessoas que se interessam pelas coisas públicas?" — questiona Celso Furtado ao citar novos exemplos. Afirmou que há evidências de que 21% da população brasileira de menos de 17 anos incluem-se nos chamados segundo e terceiro graus de desnutrição, que se manifesta em um peso inferior a 75% do normal. Disse que a mortalidade infantil no conjunto do País é de duas a três vezes superior à de países de nível de renda similar:

"O seguinte cálculo tem sido feito: dos 4 milhões de crianças que nascem no correr de um ano, no Brasil, 360 mil deverão morrer antes de completar um ano de idade; se a taxa de mortalidade infantil de nosso país fosse idêntica à de certos países de nível de renda similar — Costa Rica, por exemplo — 208 mil dessas crianças sobreviveriam".

A questão sobre como foi possível que chegássemos a isso, o próprio Celso Furtado respondeu nos debates que se sucederam à sua palestra: "Se a sociedade civil brasileira tivesse debatido essas questões

econômicas e a condução da política econômica brasileira, certamente não teríamos ido tão longe. Uma garantia básica das sociedades democráticas é que essas sociedades evitam tais distorções por meio de grupos de pressão organizados. O que se desprezou no País foi simplesmente a conquista maior do homem: a democracia e a liberdade — fatores que estão presentes nas sociedades mais desenvolvidas e que explicam o seu crescimento econômico acompanhado por um inquestionável crescimento social".

DISTORÇÕES E PARANÓIA

Sobre o "milagre econômico", a "falsa euforia" e a opção consciente do envolvimento externo, Celso Furtado assinalou as pressões que recaíram sobre o sistema econômico brasileiro após a crise do petróleo, que ele chamava de "choque petrolífero". Para absorver as pressões, foi necessário, segundo o professor, reconstruir o sistema econômico; precisou-se eleger a capacidade de autofinanciamento, o que estava em conflito com a orientação geral do desenvolvimento, apoiada no rápido crescimento do mercado de bens de consumo duráveis.

Era preciso encontrar dinheiro para sustentar e ampliar a base industrial, aumentar a exportação e redirecionar o setor energético. Mas — perguntou — como alcançar esses objetivos conservando um modelo de desenvolvimento que esteriliza parte considerável da poupança, canalizando-a para o financiamento do consumo?

"Em si, ampliar a base industrial e voltar-se para a exportação são objetivos corretos, mas foram formulados na bruma

de uma visão paranóica da economia brasileira, idealizada como um sistema capaz de sustentar a longo prazo uma taxa de crescimento de 10% anual e de abrir mercados no Exterior com uma velocidade duas vezes maior."

MUDAR ESTRUTURAS

O centro da questão levantada por Celso Furtado consiste na mudança das estruturas da economia brasileira. Isso se dará quando se estimular o desenvolvimento do que ele considera "minifúndios". Condenou a briga estéril contra os grandes latifúndios e propôs sejam incorporados à sociedade brasileira os proprietários e suas famílias que vivem nos minifúndios brasileiros. Para ele, dando-se condições de sobrevivência aos minifúndios criar-se-á uma renda na zona rural, que, por sua vez, forçará o crescimento da renda nos centros urbanos. Ter-se-á no campo um pequeno, porém significativo, consumo e ter-se-á, na zona urbana, uma melhoria das condições de renda. Assim, pode-se iniciar, no Brasil, um processo gradual de redistribuição de renda.

Advertiu: "Não nos iludamos com miragens: modificar estruturas não é tarefa simples e seria impraticável sem o efetivo controle do sistema econômico. Ora, no presente esse controle perdeu tanto de sua eficácia que seria insensato definir objetivos a longo prazo sem antes colocar a nave em posição de ser governada".

Celso Furtado acredita que sem essa modernização da agricultura em benefício dos minifúndios será impossível eliminar a pobreza das zonas rurais, perpetuando a miséria e bloqueando a elevação do salário básico, no conjunto da economia.